

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: organizações, inovações e sustentabilidade / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-556-3

DOI 10.22533/at.ed.563201711

1. Ciências Sociais. 2. Organizações. 3. Inovações. 4. Sustentabilidade. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Organizações, inovações e sustentabilidade”, são ao todo trinta e seis artigos dispostos em dois volumes.

As pesquisas apresentadas congregam esforços de análises e reflexões relevantes sobre a sociedade contemporânea, especialmente no que se refere as relações conflituosas entre inovação e sustentabilidade e a busca de estratégias para resolução destes conflitos.

Os artigos que compõem o volume 1 possibilitam ao leitor o acesso pesquisas relacionadas às políticas públicas, relações políticas, questões de gênero, capital, renda e processos organizacionais. Os temas são abordados a partir de categorias de análise relevantes para a compreensão das relações que permeiam a sociedade brasileira, como a cordialidade, o patrimonialismo e a representatividade.

Ainda no volume 1, destaca-se que os temas são tratados de forma a considerar a importância e impactos da democracia ou da fragilidade desta diante da falta de representatividade, possibilidades de participação e tomada de decisão. Sendo considerado nestes aspectos as disputas de classe e reconhecendo-se os impactos diretos para as questões de gênero, raciais, de acessibilidade, mobilidade e exclusão financeira.

As pesquisas apresentadas no volume 2 do e-book estão vinculadas a duas temáticas centrais, o primeiro é sustentabilidade e meio ambiente, com estudos que tratam sobre a relação da temática com a produção do lixo, o consumo, práticas sustentáveis, processos participativos, tomadas de decisão e comunidades tradicionais. Por outro viés, a temática sustentabilidade e meio ambiente é também analisada a partir da responsabilidade social diante das problemáticas apresentadas pelo agronegócio e sistema empresarial e impactos destes para o meio ambiente.

Para finalizar, são apresentados artigos que contribuem para a reflexão sobre a relação entre inovação e sustentabilidade em processos educacionais através do uso de bibliotecas, contações de histórias, alfabetização digital e funções de linguagem.

Com temática contemporânea e imprescindível para as relações estabelecidas nos diferentes aspectos da vida social, espera-se com os artigos apresentados contribuir para o reconhecimento de desafios e estratégias construídas coletivamente, bem como, para novas análises da temática e com diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

REALIDADE AUMENTADA EM BIBLIOTECAS : DISCUSSÃO DA SUA INCORPORAÇÃO EM BIBLIOTECAS

David Vernon Vieira

DOI 10.22533/at.ed.5632017111

CAPÍTULO 2..... 7

A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA ENTRE A RACIONALIZAÇÃO E O PATRIMONIALISMO

Renato Somberg Pfeffer

DOI 10.22533/at.ed.5632017112

CAPÍTULO 3..... 19

PERFIL DE PREMATURIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESPÍRITO SANTO: CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE

Daniel Rocha Ramos

Luara Ramos Rodrigues

Paula Campos Perim

Antônio Chambô Filho

Janine Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.5632017113

CAPÍTULO 4..... 29

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA NOS DESLOCAMENTOS A PÉ: AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E AUTONOMIA DO PASSEIO PÚBLICO EM QUATRO CIDADES PAULISTAS

Cristiane Kröhling Pinheiro Borges Bernardi

Camila Moreno de Camargo

Maria Karoline Souza Garcia

Ana Paula Sylvestre Roldão

Priscila Kauana Barelli Forcel

DOI 10.22533/at.ed.5632017114

CAPÍTULO 5..... 45

INTERFACE DA COMUNICAÇÃO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL

Daiana de Medeiros Brandão

DOI 10.22533/at.ed.5632017115

CAPÍTULO 6..... 59

“CORDIALIDADE DO BRASILEIRO” NO SÉCULO XXI: ACIRRAMENTO DOS DISCURSOS NOS CAMPOS DE PODER POLÍTICO E IDEOLÓGICO- FRAGMENTAÇÕES NEGATIVAS? O ECO...

Ednaldo Emílio Ferraz

DOI 10.22533/at.ed.5632017116

CAPÍTULO 7	67
JORNALISMO E QUESTÃO RACIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE (FALTA DE) REPRESENTATIVIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS	
Aline da Silva Novaes	
Marcos Vinícius Aragão Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.5632017117	
CAPÍTULO 8	77
“FÁTIMA DO PT”: RAREFAÇÃO DO SUJEITO E ANÁLISE DO DISCURSO DA COBERTURA DO BLOG DO BG SOBRE A GOVERNADORA FÁTIMA BEZERRA	
Daniel Dantas Lemos	
Lucas Oliveira de Medeiros	
Yasmin Alves Farias Maia de Medeiros	
Maria Ylanna Pires Bezerra	
Rayane Fernandes da Silva	
Victória Zilmara Alves	
DOI 10.22533/at.ed.5632017118	
CAPÍTULO 9	89
CARTOGRAFIA HISTORIOGRÁFICAS DAS FRONTEIRAS NACIONAIS E AS PRÁTICAS GUARANI	
Clovis Antonio Brighenti	
Rafael Fonseca Gomes Dantas de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.5632017119	
CAPÍTULO 10	103
DIFERENÇAS SALARIAIS E DISCRMINAÇÃO POR GÊNERO E COR NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Maylisson Rodrigo Fonseca	
Davi Winder Catelan	
Matheus Demambre Bacchi	
Priscila Akimi Hayashi	
Katy Maia	
DOI 10.22533/at.ed.56320171110	
CAPÍTULO 11	117
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DIRIGIDA À MULHER: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA	
Mariana Ferrão Bittencourt	
Silvia Moreira Trugilho	
DOI 10.22533/at.ed.56320171111	
CAPÍTULO 12	127
MÃES NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE ACERCA DO HABEAS CORPUS 143.641	
Lorena Monteiro Silva	
Letícia Francielly Farias Ferreira	
Mayara Toledo da Silva	

DOI 10.22533/at.ed.56320171112

CAPÍTULO 13..... 130

EXCLUSIÓN FINANCIERA, USO DE FUENTES NO FORMALES DE FINANCIAMIENTO E INFORMALIDAD EN LOS COMERCIANTES MAYORISTAS DE COLOMBIA. EL CASO DE CORABASTOS

Carlos Julio Moreno
Sindy Carolina Díaz Perdomo
Cristian Orlando Avila Quiñones

DOI 10.22533/at.ed.56320171113

CAPÍTULO 14..... 147

ILEGALIDADES NA TAXAÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Silvana Potrich Cescon
João Porto Silvério Junior

DOI 10.22533/at.ed.56320171114

CAPÍTULO 15..... 153

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TESTE HOUSE-TREE-PERSON (HTP) NO PROCESSO SELETIVO DE UMA EMPRESA PETROLÍFERA

Letícia Martins Ribeiro Candido
Ana Karolina Sousa Leite
Verilânia Alves da Mata

DOI 10.22533/at.ed.56320171115

CAPÍTULO 16..... 171

COOPERATIVISMO: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E SOCIAIS

Neiva Feuser Capponi
André Fernando Hein
Lígia Fiedler
Marines Luiza Guerra Dotto
Milena Bortoleti Ewerling

DOI 10.22533/at.ed.56320171116

CAPÍTULO 17..... 181

FEIRA DE NOVOS NEGÓCIOS: INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE EM AÇÃO

Márcia Célia Galinski Kumschlies

DOI 10.22533/at.ed.56320171117

CAPÍTULO 18..... 191

PSYCHOLOGICAL SAFETY: DISCUSSIONS ON THE MEANING AND IMPLICATIONS IN ORGANIZATIONAL PRACTICES

Pérola Cavalcante Dourado
Adriana Souza D'Almeida

DOI 10.22533/at.ed.56320171118

CAPÍTULO 19.....	200
A IDEOLOGIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS Gisele Ferreira Kravicz DOI 10.22533/at.ed.56320171119	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	209
ÍNDICE REMISSIVO.....	210

CAPÍTULO 5

INTERFACE DA COMUNICAÇÃO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 12/08/2020

Daiana de Medeiros Brandão

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/1025077128224553>

RESUMO: Este artigo objetiva desenvolver discussões teóricas entre a Comunicação Social e Ciências Sociais, a partir de uma pesquisa exploratória, descritiva e analítica, numa abordagem essencialmente qualitativa. Aborda não só autores da comunicação e sociologia, como também da gestão pública, estabelecendo inter-relações com o objeto de estudo, através de uma análise contextualizada das práticas profissionais da Assessoria de Comunicação Governamental. Trata-se de um estudo multidisciplinar, de revisão teórica, bibliográfica e documental, que propõe ao pesquisador analisar o uso das práticas midiáticas na publicidade e transparência dos atos públicos, assim como as contribuições da Assecom para democracia, no fazer comunicação pública.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Governamental, Comunicação Pública, Assessoria de Imprensa, Gestão Pública, Mídia e Política.

COMMUNICATION INTERFACE WITH SOCIAL SCIENCES: A STUDY OF THE GOVERNMENT COMMUNICATION POLICY PROCESSES

ABSTRACT: This article aims to develop theoretical discussions between Social Communication and Social Sciences, based on exploratory, descriptive and analytical research, in an essentially qualitative approach. It addresses not only authors of communication and sociology, but also public management, establishing interrelationships with the object of study, through a contextualized analysis of the professional praxis of the Governmental Communication Advisory. This is a multidisciplinary study, with theoretical, bibliographic and documentary revision, which proposes to the researcher to analyze the use of media practices in the publicity and transparency of public acts, as well as Assecom's contributions to democracy, in making public communication.

KEYWORDS: Government Communication, Public Communication, Press office, Public Management, Media and Politics.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende reverenciar o fazer comunicação pública como prática de uma assessoria de comunicação dos órgãos de governo, comprometida com a responsabilidade social e os princípios democráticos, não apenas com a comunicação governamental. Tem como proposta de pesquisa verificar a implementação da política de comunicação e sua efetividade,

através de uma avaliação das práticas comunicativas e meios de comunicação utilizados, visando identificar as estratégias de interação adotada no âmbito das relações do governo, com a imprensa e população, para inferir sobre os efeitos midiáticos na política e opinião pública. Sugere-se desenvolver um estudo dos mecanismos comunicativos praticados pela Secretaria Estadual de Comunicação na divulgação dos atos públicos, considerando a influência política exercida na mídia e sociedade. Apresenta-se como uma abordagem que envolve Estado, governo e sociedade, ressaltando as inter-relações entre mídia e política, assim como a função mediadora da assessoria do governo, pretendendo desenvolver uma reflexão crítica sobre a influência exercida na comunicação midiática do Estado, através das informações divulgadas pela comunicação governamental, que norteia as relações sociopolíticas.

No contexto sociopolítico e econômico, marcado pela emergência de soluções para as preocupantes questões sociais, a reflexão sobre a gestão pública se constitui como de importante contribuição, quer seja para o âmbito teórico, quanto para o empírico. Moraes (2010, p. 203) reafirma a importância do tema, tendo em vista a capacidade institucional do Estado para prover políticas públicas e promover a inclusão social. Enfatiza ainda que se trata de uma reflexão oportuna, “principalmente quando se considera o estágio atual do processo de redemocratização sobre a dimensão da gestão pública”.

De tal forma, que a discussão sobre políticas públicas vem perpassando por diversos campos do saber. No campo da comunicação, estudos têm sido realizados para compreender o papel e a influência da comunicação midiática em distintos aspectos do fazer política, como por exemplo, em campanhas eleitorais (COLLING, 2007); na governança (NOVELLI, 2011), no que se refere ao exercício da democracia e cidadania (MATOS, 1999; ROTHBERG, VALENÇA, 2014); em políticas públicas (OLIVEIRA, 2000), já na transparência pública (SILVEIRA, 2012) e *Accountability* (MAIA, 2006). De modo geral, esses estudos evidenciam que a mídia vem exercendo múltiplos papéis e influências na sociedade contemporânea.

No mesmo direcionamento, o papel das assessorias de imprensa na construção da comunicação em órgãos públicos e seus efeitos para a gestão e para a sociedade têm sido estudados (OLIVEIRA, 2013; BARROSO, BERTOL, 2013; RIFFEL, ALBURQUERQUE, SANTANA, 2007; QUEIRÓS, SANTOS, 2015; FRANZONI, 2005; dentre outros), demonstrando a relevância da temática abordada por esse artigo, bem como denotando sua potencialidade em contribuir para um aprofundamento teórico e reflexivo dessa área, ao propor não apenas coletar dados empíricos, mas sobretudo encontrar uma moldura conceitual que permita compreender a relação entre mídia e política, a partir das práticas midiáticas utilizadas por assessorias de imprensa governamentais, por meio da política pública de comunicação implementada e na análise das diferentes dinâmicas entre escalas macro (institucionalização) e micro (socialização), no que se refere a ação e processos de interação comunicativa das práticas sociais, a partir do contexto institucional na esfera pública estadual.

Cabe ressaltar que esse artigo acadêmico visa desenvolver uma inter-relação da mídia, política e sociedade, partindo do estabelecimento de diálogos com marcos teórico e analítico dos autores do campo das Ciências Sociais e da Comunicação Social, assim como da Gestão Pública, para se compreender o papel de influência da comunicação governamental e política, exercida por seus atores sociais, nos processos comunicativos midiáticos e nas estratégias de interação com a sociedade. Sendo assim, pretende-se estabelecer discussões teóricas e metodológicas articuladas na abordagem institucional do governo, suas práticas e valores, do ponto de vista da sociologia.

Ao propor analisar o uso de práticas midiáticas utilizadas por uma determinada Assessoria de Comunicação Governamental, (que podem ir desde a propaganda política, campanhas institucionais, publicidades e transparência dos atos públicos, ampliação da participação do cidadão e fortalecimento democrático, através das redes sociais e outras mídias), revela-se a importância empírica dessa proposta de pesquisa, na análise não só da implementação da política de comunicação pública, como também da efetividade das suas práticas comunicativas, considerando os efeitos políticos e sociais provocados pelos conteúdos produzidos.

Pensar nos efeitos da mídia sobre a política e a sociedade, permite para além da compreensão sobre o funcionamento das assessorias de imprensa governamentais, pois entrever caminhos no aperfeiçoamento das suas práticas e de forma consequente direcioná-las para uma concreta transformação da comunicação política ou meramente governamental, em uma “comunicação pública”, que atenda aos interesses da coletividade e fortaleça os valores sociodemocráticos, por meio de uma assessoria de comunicação que desempenhe um papel mediador entre Estado e sociedade, tendo em vista que a implementação de uma política efetiva de comunicação pública é um caminho para o estabelecimento da cidadania e fortalecimento da democracia.

O acesso à informação pública é um direito do indivíduo, pois a publicidade dos atos públicos é um dos principais princípios que deve ser cumprido pela administração pública, independente dos interesses políticos e partidários. Além disso, de acordo com o artigo “Política de comunicação pública: um caminho para cidadania”, publicado pelo Superior Tribunal de Justiça, sabe-se que os órgãos públicos devem estabelecer um plano de comunicação com o envolvimento das áreas que atendem aos cidadãos em geral, e não apenas ao setor de comunicação social. Enfatiza que a “comunicação pública” contribui para que o serviço público seja realmente efetivo em todas as secretarias de governo. A assessoria de comunicação governamental não é uma mera ferramenta de divulgação, mas impulsiona a implementação de políticas públicas. Por isso, justifica-se que é fundamental desenvolver pesquisas sobre essa temática proposta, para que os princípios da comunicação pública sejam respeitados e se estabeleça uma democratização das informações governamentais.

21 COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E GESTÃO PÚBLICA

No Brasil, independente da época ou regime, a comunicação para as massas esteve presente, mesmo que em níveis e formas distintas, na esfera política, principalmente no que se refere às práticas voltadas para a formação de opiniões públicas em fase das disputas políticas. No entanto, essas ações de acordo com Maia (2006, p.15) foram fortalecidas e reconfiguradas pelos avanços dos meios de comunicação, de modo que a mídia, principalmente as redes sociais, tornaram-se na contemporaneidade “a principal instância para líderes políticos divulgarem informações sobre suas atividades, buscarem adesão em campanhas eleitorais ou conquistarem suporte público no jogo político mais geral”. E os assessores de imprensa tornaram-se atores decisivos no processo de construção da imagem pública do político, e de forma mais ampla de seu governo. Em outras palavras, a mídia tem ocupado uma posição central na política brasileira, mediada pelas assessorias de imprensa.

Diante do entendimento da importância desse assessoramento para o bom relacionamento entre governo e imprensa; promoção da prestação de contas à sociedade, bem como para conquistar a opinião pública favorável, imprescindível na manutenção do poder, que as assessorias de imprensa fazem parte das estruturas de comunicação governamentais da Presidência da República, dos governos estaduais e municipais. E por meio dessas, a esfera política tem utilizado de forma frequente os recursos provenientes da esfera midiática, desde a divulgação de mensagens até a construção imagética no público (CESAR, 2012).

Não restam dúvidas do papel mediador do assessor de imprensa na formação dessa imagem. A mídia especialmente diante dos avanços da tecnologia de comunicação e informação tem ocupado um lugar de destaque, tanto no cotidiano das pessoas, quanto nas diversas relações sociopolíticas e econômicas. As informações compartilhadas na comunicação midiática, especialmente nas mídias digitais, têm se tornado um elemento decisório na formação das escolhas dos governantes, na expressão de opiniões dos eleitores sobre as ações e não ações do Estado, e na participação política dos cidadãos.

Em que se pesem as contribuições da mídia na vida política, reconhece-se que os meios de comunicação não se constituem como os porta-vozes imparciais do debate político, podendo sob influência ou submissão aos ditames econômicos ou políticos, interferirem de forma disfuncional, como alerta Miguel (2002). Logo, a questão que se coloca é que esse processo de mediação necessita de acordo com Traquina (2005) fundar-se em valores e ideais de: objetividade, verdade, interesse público, defesa da liberdade e da democracia.

De acordo com essa concepção é possível promover o desenvolvimento, como expansão das capacidades e das liberdades dos indivíduos, no exercício da democracia. Nesse sentido, o papel do Estado é fundamental, através das assessorias de comunicação. Foi justamente por isso, segundo Sant’Anna (2005), que durante o processo

de redemocratização no Brasil evidenciou-se a importância de que as assessorias de imprensa ou outros departamentos de comunicação de órgãos públicos fossem dirigidas por comunicadores, notadamente jornalistas, para o desenvolvimento de uma assessoria mais ética e profissional. A esses profissionais caberia “gerenciar e auxiliar os processos de construção ou administração da visibilidade das fontes assessoradas e de seus temas de interesse junto ao campo jornalístico” (CESAR, 2012, p.44), evidenciando sua função social.

Dessa maneira, caberia aos assessores de imprensa atuarem não apenas para divulgar informações e influenciar opiniões, mas sobretudo para garantir a transparência dos atos públicos e para o fortalecimento da democracia. Configurando-se assim, como um mecanismo de responsabilização e controle dos atos praticados pelos gestores públicos, bem como um canal de estreitamento das relações entre o Estado e a sociedade.

As assessorias de imprensa do governo caberiam ainda, contribuir para uma gestão pública participativa, estimulando à participação da sociedade na política, para além das eleições, especialmente nos processos de tomadas de decisões governamentais e na elaboração das diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas, para um efetivo desenvolvimento social. Atendendo por meio de suas práticas comunicativas e midiáticas, aos interesses públicos e não apenas políticos ou administrativos, no estabelecimento de padrões técnicos, como também no respeito aos princípios éticos, morais e democráticos, no pleno exercício da cidadania e responsabilidade social. Mas, estariam as assessorias de imprensa governamentais brasileiras, em nível federal, estadual e municipal, caminhando nesse entendimento? Como essas assessorias têm se estruturado? Quem ocupa as funções de assessores de imprensa? Quais as funções desenvolvidas? Que práticas midiáticas têm sido utilizadas? E ainda, que efeitos políticos e sociais têm sido gerados?

Diante do exposto, essa proposta de pesquisa se apresenta, todavia, circunscrita ao âmbito da Assessoria de Comunicação Social (ASSECOM), que compõe a estrutura organizacional básica da Administração Direta do Estado, conforme normatiza a Lei Complementar N.º 163/99, com as competências expressas no art. 23 “de orientar e controlar a divulgação dos programas governamentais e das realizações do Governo [...]; distribuir informações e notícias de interesse da administração estadual; e coordenar as relações dos órgãos da Administração estadual com os meios de comunicação”. Partindo, portanto, da seguinte questão: Como a assessoria de comunicação do governo estadual pode contribuir para uma efetiva comunicação pública e desenvolver práticas midiáticas que promovam a democracia?

3 | COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO INFORMATIVO E DE INTERAÇÃO SOCIAL

Para Melo (1975, p. 31) a Comunicação, numa perspectiva estrutural, pode ser conceituada como um “processo de transmissão e recuperação de informações”. Gill e

Adams (1998, p.41 *apud* SOUSA, 2003, p. 22) discutem o conceito de comunicação em duas grandes asserções: A primeira que entende “a comunicação como o processo em que comunicadores trocam propositadamente mensagens codificadas (gestos, palavras, imagens...), através de um canal, num determinado contexto, o que gera determinados efeitos”. E a segunda, “como uma atividade social, onde as pessoas, imersas numa determinada cultura, criam e trocam significados, respondendo, desta forma, à realidade que quotidianamente experimentam”.

Explicam ainda que tais concepções são complementares, evidenciando a comunicação como um processo social, constituindo-se não “apenas uma troca de informações “duras”, mas também a partilha de pensamentos, sentimentos, opiniões e experiências” (GILL; ADAMS, 1998, p. 42 *apud* SOUSA, 2003, p. 22). Enquanto um processo, a comunicação “se desenvolve num contínuo espaço – temporal em que coexistem e interagem permanentemente múltiplas variáveis”, sendo influenciada por fatores distintos (SOUSA, 2003, p. 28). Partindo dessa perspectiva, a mídia passa a ser compreendida como um conjunto de meios de comunicação que objetivam para além de transmitir informações, promover processos participativos em sociedades. Destacando-se assim sua interação com o campo da política, na medida em que esses meios representam e influenciam a realidade política e social. (LIMA, 1996).

4 I COMUNICAÇÃO COMO PRODUTORA DE SENTIDOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA DEMOCRACIA

Tal enfoque, para Porto (1998, p. 24), permite “compreender os meios de comunicação não apenas como condutores de dados, mas fundamentalmente como um fórum no qual se desenvolve a disputa em torno da construção dos significados”, bem como “trazer o plano da cultura para a discussão do plano cognitivo, ou seja, do processo pelo qual agentes fazem sentido da realidade.” O autor ressalta o processo pelo qual os mídia representam a realidade política e social. Assumindo assim, um papel importante nas democracias contemporâneas. Essa contribuição dos mídia para o fortalecimento democrático se demonstra na medida em que além de transmitir informações aos cidadãos, podem se constituir como fontes de significados e interpretações, em fase de “uma pluralidade de pontos de vista ou enquadramentos da realidade disponíveis na esfera pública, particularmente nos meios de comunicação”. Incumbindo ao jornalista um papel importante no diálogo normativo. (PORTO, 1998, p. 24).

Dessa forma, cabe aos jornalistas das assessorias de comunicação governamental, um importante e legítimo papel não apenas de informar, mais construir significados no texto institucional, para facilitar a interpretação dos fatos históricos, políticos, econômicos e socioculturais nas matérias institucionais. Nesse ponto, o campo da comunicação se interconecta ao campo da política, emergindo-se em um desafio interdisciplinar como abordado por Guazina (2007).

Para essa autora, embora as práticas midiáticas exerçam contundentes efeitos sobre o campo da política e nos processos políticos, a maioria dos estudos ainda se encontra centrados numa abordagem mais tradicional das mídias como fontes de informações, embora limitados na temática das eleições. Sendo assim, faz-se necessário avançar os diálogos entre as áreas das Ciências Sociais com a Comunicação Social, ressaltando abordagens na Comunicação Pública e Gestão Pública, como também as políticas públicas que as norteiam, para que seja possível compreender melhor as engrenagens políticas a partir da abordagem da *Agenda Setting*, Espiral do Silêncio e *Newsmaking*, cujos estudos se caracterizam como importantes hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação Midiática, as quais conforme Hohlfeldt (2001) buscam desenvolver reflexões dos processos comunicativos e sociais, em que os meios exercem a função de controle da opinião pública, fortalecendo aos interesses políticos e econômicos da classe dominante.

5 I INTERFACE DA COMUNICAÇÃO COM OS AUTORES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

5.1 Na perspectiva da sociologia clássica

A discussão da temática apresentada possibilita uma melhor construção teórica dessas abordagens, pela ótica das Ciências Sociais. A explicação sociológica de Max Weber contribui para compreender interpretativamente a ação social, neste caso “a conduta da assessoria de comunicação ou do órgão público”, como “agente social” que zela pela imagem pública do assessorado “o governo”, através dos processos comunicativos desenvolvidos pelas práticas midiáticas da gestão pública e suas influências na mídia, política e sociedade. O método weberiano de pesquisa sociológica facilita a avaliação da “ação social” desempenhada pela comunicação governamental, na explicação do uso e efeitos das suas práticas comunicativas e também como se dá à “relação social” dos múltiplos agentes envolvidos na comunicação.

De acordo Melluci (2005) na concepção weberiana a vida social consiste na conduta cotidiana dos indivíduos, que é carregada de significação cultural. Essa significação se processa tanto pela base material, como pelas ideias, no contexto de uma inter-relação, em que ambas se condicionam de forma mútua e apropriada. Para Weber a racionalidade é um feixe cumulativo de valores e o campo das ideias é um tipo de ação social significativa que deve ser investigada, pois os indivíduos são presos a uma razão institucionalizada historicamente, ou seja, o homem se subordina as razões institucionalizadas – valores institucionais (normas e condutas estabelecidas nas instituições que condicionam as representações sociais). Essa é a racionalidade capitalista weberiana.

Basicamente o pensamento teórico weberiano enfatiza a importância de se pesquisar as ideias como parte da realidade social, pois a “subjetividade” no que se diz respeito aos “juízos de valor dos indivíduos” exercem forte influência nas diversas áreas sociais, principalmente nas concepções ideológicas das classes dominantes e elites governamentais. Vários tipos de ideologias regem as relações sociais, assim como as pesquisas científicas. Nesse sentido, tanto as ideias, como a base material são necessárias para análise de uma ação social. Em suma, conforme Melluci (2005) Weber procura elaborar uma teoria mais complexa, pois não quer cair na explicação mecânica da determinação da base material sobre as representações sociais, ou seja, não se restringe ao determinismo da “objetividade” nas pesquisas em ciências sociais, como única forma de explicar os objetos de estudo, mas formula uma teoria capaz de configurar a “ação social”, com base nos diversos fatores que contribuem para a compreensão dos fenômenos sociais.

Na concepção de Emily Durkheim, as representações sociais são símbolos que correspondem a diferentes formas de condição de existência humana e por isso é imprescindível perceber sua significação. “As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade representa a si própria, e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não dos indivíduos” (DURKHEIM, 1978, p 79 *apud* MELLUCI, p. 2005). Ou seja, sua abordagem não se fundamenta na análise dos juízos de valor dos indivíduos para se compreender a sociedade, mas parte do todo social para as partes individualizadas. Possui a concepção de “consciência coletiva”. Isto é, investiga os fatores externos (estruturas coletivas e organizações sociais) que influenciam os indivíduos.

Durkheim ressalta o poder persuasivo que as instituições exercem nos membros da sociedade. Já na concepção de Karl Marx é estabelecida a relação entre as ideias e a base material. Para Marx a consciência é manifestada pela linguagem. Esclarece a existência de uma contraposição entre consciência e linguagem, mas estabelece uma inter-relação entre ambas, no que se refere às representações sociais e ao real invertido, pois produzem falsas representações da realidade, constituídas tanto pela consciência, como pela linguagem, por fazerem parte do processo de comunicação dos indivíduos. Defende ainda que as ideias estão comprometidas com as condições de classe, no sentido que as ideologias das classes dominantes, exercem influências nas classes menos favorecidas, manipulando sua visão de mundo. (MELLUCI, 2005).

Daí verifica-se que também é possível estabelecer um paralelo do pensamento marxista, com o objeto de estudo desse artigo, considerando que o seu método dialético, também corresponde a essa abordagem, a qual propõe aos pesquisadores da área de comunicação e sociologia, desenvolver estudos que estabeleçam uma relação dialógica entre as “ideias” e “base material”, na análise dos processos da política de comunicação governamental, como também nas práticas midiáticas mediadas por assessorias de comunicação do governo, pois as ideologias difundidas nos órgãos governamentais

geralmente são pautadas pelos interesses políticos e econômicos do poder dominante. Por isso ressalta-se a necessidade de estudos na avaliação da política de comunicação governamental e poder de influência na formação ideológica da opinião pública, levando em consideração os fatores político-econômicos de dominação.

Diante deste contexto apresentado é possível desenvolver uma interface mais aprofundada da comunicação com as ciências sociais, fundamentando-se nos pressupostos teóricos tanto de Marx, como Weber e Durkheim, pois contribuem significativamente para análise do objeto de pesquisa proposto neste artigo científico. Respaldo por esses clássicos da sociologia, o estudo apresenta uma proposta de pesquisa empírica e qualitativa, não só para analisar a política de comunicação de qualquer governo, como o seu poder persuasivo, que exerce domínio nas relações sociopolíticas, através das práticas comunicativas dos seus processos midiáticos de difusão de informações públicas, elaboradas pelas assessorias de imprensa, no uso da linguagem institucional, a partir dos informes do conteúdo noticioso das secretarias estaduais. Nesse cenário, os processos comunicativos entre governo e sociedade precisam se consolidar como um mecanismo para promoção da democracia.

Nesta perspectiva é proposto investigar quais as representações sociais produzidas pelas assessorias de imprensa do governo, e se no seu processo de comunicação são construídas falsas representações da realidade, que tenham como objetivo favorecer ao grupo político que está no poder, atendendo somente aos seus interesses ideológicos, econômicos e político-partidários. Assim pode-se verificar até que ponto esses interesses se sobrepõem aos as demandas sociais da coletividade, exercendo domínio social. Diante desse contexto faz-se necessário pesquisar sobre o poder de persuasão que o governo exerce na construção imagética das representações sociais, a partir do uso da “palavra” escrita nos *releases*, matérias e textos governamentais em geral, como também nas mensagens audiovisuais produzidas pela equipe de comunicação governamental, as quais são difundidas nos processos comunicativos institucionais.

5.2 Na perspectiva da sociologia contemporânea

O sociólogo contemporâneo francês Pierre Bourdieu, influenciado pelos pressupostos teóricos de Karl Max, Michel Foucault e Max Weber enfatiza que a comunicação está presente no dia-a-dia dos indivíduos, pois a palavra é a principal ferramenta comunicativa da sociedade e através dela as ideologias são difundidas nas relações interpessoais da vida cotidiana. Nesse sentido, a “fala”, ou seja, a “linguagem” disseminada nos processos comunicativos midiáticos das assessorias de comunicação influencia direta ou indiretamente a formação da opinião pública. Bourdieu também corrobora com Mikhail Bakhtin, adepto da teoria marxista, considerado um grande filósofo da linguagem, quando enfatiza a palavra como fenômeno ideológico por excelência. “A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”. (BAKHTIN, 1999, p. 36). Tanto para Bourdieu e Bakhtin a palavra é

símbolo da comunicação, porque representa o pensamento, ou seja, a ideologia. Ambos desenvolveram abordagens no campo das representações sociais, através da valorização da fala como expressão das condições de existência (BOURDIEU, 1973 *apud* MELLUCI, 2005). Sendo assim, o discurso utilizado pelas assessorias de comunicação revelam as ideologias dominantes, principalmente nos órgãos de gestão pública.

Nessa perspectiva de controle social exercido pelas instituições, Bourdieu, Bakhtim e Minayo abordam sobre os sistemas de dominação na sociedade, a partir do uso da palavra. (MELLUCI, 2005). Atualmente de um modo geral, as assessorias de imprensa dos órgãos governamentais são submissas às ideologias políticas e partidárias do grupo político dominante, e desconsideram os interesses da coletividade na produção dos conteúdos informativos, sem mostrar as diferentes versões dos fatos sociais ou simplesmente distorcem a realidade para favorecer ao governo. Assim perdem a credibilidade e não contribuem para fortalecimento da democracia, por não estabelecerem uma comunicação pública eficiente e democrática.

5.3 Na perspectiva da gestão pública

É importante destacar que a administração pública, por meio da sua assessoria deve prestar informações transparentes, éticas e democráticas, no cumprimento da Lei de Acesso à Informação, que todo cidadão tem direito, conforme o art. 5º, XXVIII, da Constituição Federal de 1998: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Para o cumprimento dessa lei a instituição publica deve estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos, por meio de uma comunicação pública. Nesse cenário, os processos comunicacionais estabelecidos entre governo e sociedade, através das suas assessorias de imprensa, ganham destaque apresentando-se como um mecanismo para promoção da cidadania.

Para Cheida (2003, p.1) “assessoria de imprensa pode tornar esse tipo de comunicação mais eficiente e adequada aos valores democráticos e aos princípios constitucionais”. Dessa forma, o profissional jornalista no papel de assessor de comunicação governamental pode ser um mediador de transformação social, mediando os interesses públicos e governamentais, contribuindo para o bem comum. Esse autor defende que a assessoria de comunicação dos órgãos públicos por exercer uma mediação entre Estado e sociedade, possui o poder de contribuir com uma gestão pública mais democrática e participativa.

A comunicação pública, para Duarte (2007, p.61), “ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil – inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão) em temas de interesse público”. Ocupando-se, portanto, “da viabilização do direito social

coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão”, na medida em que trata “de compartilhamento, negociação, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva”. Já Zémor (1995, p.1) apresenta as seguintes funções da comunicação pública:

informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); b) de ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; c) de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); d) e de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social.

Diante dessas funções, emergem cinco formas de fazer comunicação pública, apontadas por Zémor (1995, p. 5):

responder à obrigação que têm as instituições públicas de levar informação a seus públicos; estabelecer a relação e o diálogo de forma a desempenhar o papel que cabe aos poderes públicos, bem como para permitir que o serviço público atenda às necessidades do cidadão de maneira mais precisa; apresentar e promover cada um dos serviços oferecidos pela administração pública; tornar conhecidas as instituições elas mesmas, tanto por uma comunicação interna quanto externa; desenvolver campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral.

Além dessas cinco categorias, Zémor (1995, p.5) acrescenta a realização de debate público que acompanha os processos das tomadas de decisão ou que pertencem à prática política, como sendo uma forma de fazer comunicação pública. É nesse quadro teórico e analítico apresentado, que se torna possível refletir como objeto de estudo desse artigo, as atribuições das assessorias de imprensa governamentais, suas contribuições para publicidade e transparência da gestão pública em prol dos interesses coletivos, como também inferir sobre os efeitos das suas práticas midiáticas na política e sociedade.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as perspectivas teóricas das Ciências Sociais abordadas no desenvolvimento da interface da comunicação social são consideradas fundamentais para uma pesquisa mais aprofundada. As abordagens pela ótica da sociologia clássica, contemporânea, e na perspectiva da gestão pública possibilitam uma melhor compreensão da temática. Nenhuma dessas áreas discutidas deve ser desconsiderada na análise da Política Pública de Comunicação Governamental, pois as práticas implementadas pelas assessorias de comunicação do governo, seja em nível estadual ou federal, se relacionam de forma indissociável na avaliação dessas perspectivas.

A comunicação, política e gestão pública se inter-relacionam mutuamente, pois possuem uma relação social interativa. Não há como pensar administração pública, sem comunicação, assim como não há política pública sem gestão. Nem se faz política sem se comunicar. E para isso existem as assessorias de comunicação governamentais, na

construção das suas práticas comunicativas cotidianas (administrativas, ideológicas, políticas, econômicas e sociais). Sendo assim, constata-se que a comunicação ocorre tanto em processo informativo, como de interação social, pois é produtora não apenas de informações, mais de múltiplos sentidos socioculturais e possui uma importante contribuição para democracia.

Por tanto, as práticas midiáticas do fazer comunicação contribuem para construção social dos discursos coletivos na formação da opinião pública. Daí a preocupação com a responsabilidade social atribuída aos assessores de comunicação, para diminuir a dicotomia entre Estado e sociedade, no desempenho de um papel mediador dos interesses governamentais e sociais, por meio de uma política efetiva de “comunicação pública”, a qual se constitui como principal caminho no âmbito da gestão governamental, que efetivamente pode contribuir nos seus processos midiáticos, com o exercício da cidadania e fortalecimento dos direitos políticos e democráticos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BARROSO, Jéssica Psendziuk; BERTOL, Sonia Regina Schena. **Comunicação Pública: O Trabalho da Assessoria de Imprensa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul—Câmpus Erechim**. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35-0217-1.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CESAR, Camila Moreira. **Jornalismo, assessoria de imprensa e o governo brasileiro: estudo sobre a obra “No Planalto com a Imprensa”**. 2012. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54341/000855709.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

CHEIDA, Marcel J. Comunicação Governamental e a Assessoria de Imprensa. **Revista de Estudos de Jornalismo**. Campinas, v.1, n. 6. 2003.

COLLING, Leandro. O “estado da arte” dos estudos sobre mídia e eleições presidenciais de 1989 a 2002. **Diálogos Possíveis**, v. 6, n. 2, 2014. Disponível em:<<http://faculadadesocial.edu.br/revistas/index.php/dialogospossiveis/article/view/169/126>> Acesso em: 15 jun. 2017.

DE CASTRO OLIVEIRA, Valdir. A comunicação midiática e o Sistema Único de Saúde. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 4, n. 7, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/icse/v4n7/06.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2017.

DO BRASIL, Senado Federal. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 15 set. 2019.

FRANZONI, Sabrina et al. **A mediação da assessoria de imprensa parlamentar nas relações de poder entre o Legislativo e o Executivo**. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102951/224739.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 jul. 2017.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, v. 1, n. 1, p. 49, 2007.

HOHLFELDT, Antônio. Hipóteses contemporânea de pesquisa em comunicação. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, p. 187-240, 2001. In: HOHLFELDT, MARTINO, FRANÇA. (Orgs.)

JUSTIÇA, Tribunal Superior de. Política de comunicação pública: um caminho para a cidadania. JUSBRASIL. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/896006/politica-de-comunicacao-publica-um-caminho-para-a-cidadania>> Acesso em: 15 set. 2019.

LIMA, Venício A. de. Os mídia e o cenário de representação da política. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 38, p. 239-271, 1996.

MAIA, Rousiley CM. **Mídia e diferentes dimensões da Accountability**: E-Compós Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 7, p. 1-27, 2006.

MATOS, Heloiza. **Comunicação pública, democracia e cidadania**: o caso do Legislativo. Líbero: revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, v. 2, n. 3-4, p. 32-37, 1999.

MELO, José Marques de. **Comunicação Social**: teoria e pesquisa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 300, 1975.

MELLUCI, ALBERTO. **Por uma Sociologia Reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, n. 55-56, 2002.

NOVELLI, Ana Lucia Coelho Romero. **O papel institucional da comunicação pública para o sucesso da governança**. Revista Organicom, v. 3, n. 4, 2011.

OLIVEIRA, Neli Nei Trindade de. Assessoria de imprensa na gestão de crise: um estudo de caso da Agência Nacional de Aviação Civil. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/7876>> Acesso em: 10 ago. 2017.

QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo; DOS SANTOS, Rosemeire Campos. A importância da assessoria de imprensa em órgãos públicos: estudo de caso da secretaria de estado de desenvolvimento social. **TROPÓS**, v. 1, n. 3, 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufac.br/revista/index.php/tropos/article/view/153>> Acesso em: 20 ago. 2017.

PORTO, Mauro P. Muito Além da Informação mídia, cidadania e o dilema democrático. **São Paulo em perspectiva**, v. 12, p. 4, 1998. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_03.pdf> Acesso em: 02 jul. 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei Complementar n.º. 163, de 05 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre a organização do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Natal, RN, v. 6, 1999. Disponível em:<<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/IGARN/DOC/DOC000000000023375.PDF>>. Acesso em: 14 set. 2019.

RIFFEL, Cristiane Maria; ALBUQUERQUE, Gabriela; SANTANA, Maria Aparecida. Comunicação governamental ou divulgação governamental? Um estudo de caso da Prefeitura de Navegantes/SC. **Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI/SC. Abrapcorp**, 2007.

ROTHBERG, Danilo; VALENÇA, Amanda da Silva. **Comunicação pública para cidadania no avanço das redes sociais oficiais**. Animus, p. 1-15, 2014.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

SILVEIRA, Aline Reinhardt da. A comunicação pública a serviço da transparência pública na internet: Estudo em Portais de Universidades Federais. 2012. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70034>> Acesso em: 05 out. 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia**. 2. ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2003.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: a tribo jornalística—uma comunidade interpretativa transnacional. **Florianópolis: Insular**, v. 2, p. 2, 2005.

ZÉMOR, Pierre. **A Comunicação Pública**. Tradução e comentários de Elizabett Brandão. In: MARTINS, Luis (org.) **Algumas Abordagens em Comunicação Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2003. p. 76-103.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 29, 31, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 43

Agronegócio 89, 98, 101, 147, 152

Análise do Discurso 77, 78, 79

Antipetismo 77, 85, 86

Áreas Centrais 29, 30, 33, 35, 43

Assessoria de Imprensa 45, 54, 56, 57, 83, 84

B

Bibliotecas 1, 2, 3, 4, 5

Blogs 77, 79

C

Caminhabilidade 29

Capitalismo 10, 120, 125, 126

Cárcere Feminino 127

Cartografia 89, 94, 99

Comunicação Pública 45, 47, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58

Constituição 8, 9, 12, 13, 16, 17, 23, 54, 56, 62, 122, 123, 124, 125, 148, 149, 151, 152, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 200, 205, 206

Cooperado 171, 175, 179

Cordialidade 59, 61, 63

Criatividade 181, 182, 183, 186, 189

D

Diferenças Salariais 103, 105, 107, 113, 116

Discriminação 68, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 124, 159

Discurso Jornalístico 77

Dispositivos Móveis 1, 2, 4

E

Empreendedorismo 181, 182, 183, 184, 189, 190

Estados Nacionais 89, 92, 99, 102

Exclusión Financiera 130, 131, 133, 134, 144, 146

Experiência do Usuário 1

Exportação 71, 98, 147, 148, 149, 150, 151, 152

F

Fragmentação 59, 62, 63, 98

Fronteira 23, 89, 92, 94, 125

Fuentes no Formales de Financiamiento 130, 131, 134

G

Gestão Pública 18, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 209

Guarani 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102

H

Habeas corpus 127, 128, 129

I

Informalidad 130, 131, 134, 135, 144, 145

Inovação 5, 89, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190

Interatividade 1

J

Jornalismo 56, 58, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 87

Jornal Nacional 67, 68, 69, 73, 74

M

Mercado de Trabalho 25, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 115, 116, 118, 122, 123, 126

Mídia e Política 45, 46

Minorias 59, 63, 65, 68, 75

Mobilidade 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 89, 91, 93, 94, 102

Modelo Probit 130, 139

Modernização 7, 8, 9, 10, 11, 13, 61

N

Novos Negócios 181, 182, 183, 186, 187, 188

P

Patrimonialismo 7, 8, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 61

Poder 11, 12, 13, 14, 15, 31, 35, 48, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 75, 79, 86, 106, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 126, 127, 148, 152, 172, 203

Políticas Públicas 7, 18, 22, 23, 24, 29, 30, 31, 35, 46, 47, 49, 51, 103, 109, 115, 117, 118, 119, 125, 126, 209

Previdência Social 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

Princípios do Cooperativismo 171, 172, 174, 178

Prisão Domiciliar 127, 128

Psychological Safety 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199

R

Racionamento de Crédito 130, 131, 132, 144

Racismo Estrutural 67, 69, 70, 73, 74, 75

Rarefação do Sujeito 77, 84, 87

Realidade Aumentada 1, 2, 3, 4, 5, 6

Redes Sociais 47, 48, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 73, 82

Relações Interpessoais 53, 117, 119

Representatividade 67, 68, 69, 70, 73, 74, 106, 111

S

Sistema Único de Saúde 20, 27, 56

Socio-Emotional Learning 191

T

Tecnologia da Informação 1

Território 23, 29, 31, 32, 43, 62, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 102, 104

Tributação 147, 151

V

Violência 64, 70, 88, 102, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 170

Voice 191, 192, 196, 197, 198, 199

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 